

DEBATE

ABRIL 77

25



CRISTÓBAL GÓMEZ
imperialismo
São Paulo

CRISE DO REGIME MILITAR?

O agravamento da contradição entre os interesses imediatos da grande burguesia e o controle do poder de Estado pelo aparelho militar expressiu-se com grande alarido na crise que conduziu à demissão do ministro da Indústria Severo Gomes. Desde há muito tempo temos insistido na análise da ditadura militar como expressão de uma crise de hegemonia burguesa, mais exatamente como uma forma historicamente determinada de estabilização desta crise. Mais recentemente (em nosso editorial de Debate 21 sobre a situação política nacional) apontamos para a importância do conflito entre liberais de direita e fascistas no interior do regime e alertamos (no editorial de Debate 22 sobre a situação econômica do Brasil) para o caráter falacioso da pretensa "reconversão do modelo" anunciada pelos porta-vozes do regime, como se o deslocamento para a produção local de máquinas e equipamentos e para o mercado interno do "polo dinâmico" do sistema econômico dependesse de uma decisão técnica da burocracia estatal e não das exigências da valorização do Capital cuja lógica -infelizmente é necessário repeti-lo- não obedece ao interesse da nação e à satisfação das necessidades sociais, mas à ganância dos grandes monopólios brasileiros e estrangeiros.

Ao caracterizarmos a ditadura militar como uma forma do Estado capitalista que estabilizou uma situação de crise hegemônica insistimos em que a essência desta crise é a incapacidade da burguesia brasileira em dirigir diretamente (isto é, através de seus partidos políticos) a sociedade e o Estado. Ao mesmo tempo, reconhecendo que a ditadura militar tinha conseguido consolidar-se como regime de crise (como "solução" militar à crise política) alertamos contra a tendência a considerá-la como um fenômeno acidental e relativamente passageiro da evolução política da sociedade brasileira. Os que assim pensavam -e vinham tentando "derrotar" o regime através de "entendimentos políticos" gênero Frente Ampla- já tiveram tempo de perceber que a militarização do poder de Estado corresponde a uma necessidade histórica da concentração monopolista acelerada sob dominação imperialista e nesta medida, por maiores que sejam ou venham a se tornar as contradições entre o regime e setores da burguesia brasileira, a tática de "ganhar tempo" à espera do "amadurecimento" destas contradições são

favorece a tentativa em curso dos elementos politicamente mais clari-
videntes da burguesia de preparar uma saída política às contradições do
regime militar. Seria artificial resumir numa fórmula única as dife-
rentes manifestações daquilo que podemos caracterizar com segurança co-
mo uma crise do regime. Sem gosto por declarações paradoxais, somos le-
vados a constatar que o regime de crise conhece uma crise de regime, is-
to é, que a "solução militar" à crise de direção política burguesa le-
vou o país a um grave impasse obrigando agora à classe economicamente
dominante a recolocar na ordem do dia a questão da forma do Estado e
das condições políticas do exercício do poder.

São múltiplas, dissemos, as formas de manifestação desta crise. E poris-
so mesmo não se prestam a generalizações simplificadoras. Estatização
contra reprivatização, "institucionalização" ou "statu quo", multina-
cionais contra empresas nacionais, prioridade ao combate à inflação ou
prioridade à "reconversão do modelo", sem falar em contradições menos
ativas na conjuntura atual, mas mais profundas que algumas das supra-ci-
tadas (afinal, seria ingenuidade achar que os problemas que a burguesia
apresenta como sendo os mais graves: "institucionalização", "reconver-
são do modelo", por exemplo, constituam a expressão real da crise de
sua dominação de classe) como por exemplo a por ora esquecida contradi-
ção entre interesses industriais e interesses agrários analisada em De-
bate 15 por A. Silva a propósito da demissão de Cirne Lima, represen-
tam alguns dos conflitos de interesse com que se defrontam, na maior de-
sordem, os diferentes segmentos e camadas das classes dominantes. Tudo
isso é perfeitamente compreensível: ao longo período de estabilização
pelo terror militar sucede um (curto ou longo, é o que não sabemos) pe-
ríodo de desestabilização, diretamente ligado ao bloqueio da acumulação
monopolista que desde 1974 sofre o impacto da crise internacional do
capitalismo. A questão de saber qual destas multiformes contradições o-
cupa, em cada momento, papel determinante na evolução da conjuntura eco-
nômica e política, tampouco deve ser tratada de maneira escolástica, is-
to é, reduzida a uma fórmula simples que conteria o "segredo" do pro-
cesso em curso. Dizer que é a burguesia não monopolista que quer a demo-
cracia e que luta contra o imperialismo, como o fizeram os porta-vozes
da TL-ALN em polêmica que travaram conosco há cinco anos atrás (ver De-
bate do nº 7 ao nº 12) nos acusando, escandalizados, de termos ousado
dizer que havia uma corrente liberal na grande burguesia (é verdade
que naquela época a existência desta corrente não era tão evidente quan

to hoje, mas nos parece que o dever daqueles que se pretendem portadores da teoria revolucionária é descobrir as tendências objetivas da evolução política ainda que não estejam muito evidentes à primeira vista) ou dizer, como os companheiros de Conjuntura Brasileira, que o enfrentamento em curso no interior das classes dominantes opõe a coalização das forças interessadas "principalmente no desenvolvimento do setor produtor de bens de consumo de luxo" à coalização interessada no desenvolvimento prioritário do "setor de bens de produção" (ver Conjuntura Brasileira, nº13, pp.2-3) é cair no "economismo", isto é, tentar derivar mecanicamente o comportamento político da situação econômica.

O que ficou patente nos acontecimentos ligados à demissão de Severo Gomes foi a vontade política clara e insistentemente manifestada pelos círculos mais representativos do mais poderoso setor da burguesia brasileira -os industriais, banqueiros e grandes comerciantes de São Paulo- de recuperar o controle direto do poder de Estado. "Estamos vivendo dias decisivos" declarou Paulo Villares em nome do cartel do aço. "O presidente Geisel deve estar discutindo os rumos políticos com os militares. Ele já manifestou a vontade de promover a abertura, mas de uns tempos para cá não tem mais falado nisso. É ruim. Preocupa. Precisamos encorajá-lo a tomar a decisão pela abertura já". E Villares, "dono de um grupo de companhias do setor de máquinas e equipamentos com mais de 14 mil funcionários", como lembra O Estado de São Paulo, acrescentou: "Forma-se rapidamente uma verdadeira consciência democrática". No mesmo jornal (de 6 de fevereiro de 1977) aparecem declarações no mesmo sentido de numerosos outros líderes classistas da burguesia industrial. Dilson Funaro, da Trol e do Sindicato (patronal) das Indústrias do Plástico "afirma com convicção" (E.S.P., ib.) que "o Ato 5 é um instrumento desnecessário, pois a Justiça é capaz de conter as minorias anti-democráticas. Um governante não pode dispor do poder absoluto. Ele, governante, é na verdade, um funcionário do País, deve servir à Nação nas condições determinadas pela vontade nacional". Basta ler "burguesia" onde se lê "País" e "Nação" para ver claramente que o patrão do plástico, como o patrão do aço, exigem que o exercício direto do poder político esteja submetido diretamente à classe economicamente dominante. A bombástica declaração de José Papa Junior, em nome da Federação do Comércio, afirmando que os "empresários" são democratas -completada por José Mindlin (Metal Leve) que explicou que inclusive muitos empresários são democratas "sem o saber", mostra que a

burguesia brasileira está interpretando em termos psicanalíticos a "imaginação política criadora" recomendada por Geisel no início de seu mandato, já que descobriu até um inconsciente democrata na "maioria" do patronato paulista.

Nesta súbita descoberta das virtudes da "democracia" estão presentes motivações as mais diversas que podemos, para efeito de clareza analítica, resumir em torno de duas orientações fundamentais: uma essencialmente corporatista, na qual a democracia é evocada apenas no estreito sentido de que o aparelho de Estado deve permanecer inteiramente às ordens e diretamente sob controle da classe economicamente dominante; outra política - e "hegemônica" no sentido que deu Gramsci a esta noção - na qual a reivindicação da democracia está ligada a uma visão de conjunto sobre a sociedade e as relações políticas entre as diversas classes que a compõem. A primeira corresponde tão somente ao "mau humor" de amplos círculos da grande burguesia, enervada pela crise econômica e pela prepotência da burocracia estatal e menos confiante na capacidade dos militares em continuar regendo os destinos do país e gerindo os interesses globais do Capital. A segunda traduz uma consciência histórica das perspectivas (ou da falta de perspectivas) da ordem burguesa em nosso país - e no mundo - e prefere a via da negociação e portanto das concessões às classes dominadas como penhor de uma nova (embora hipotética) estabilidade social à via do terror militar e da exploração desenfreada dos trabalhadores - que se complementa pela submissão desavergonhada aos monopólios imperialistas. O que é extremamente significativo na situação atual é ter esta segunda posição em contradição um defensor consequente num dos mais importantes líderes classistas da burguesia monopolista, industrial e homem de Estado, Severo Gomes.

Seria um erro considerável de avaliação pensar que as posições políticas do ex-ministro da Indústria e do Comércio reflitam as posições da burguesia monopolista como um todo. José Papa Junior, por exemplo, cujas bombásticas declarações nos dias 1º e 2 de fevereiro desencadearam a crise que conduziu à demissão de Severo Gomes, não somente recuou amedrontado ao primeiro arreganho dos gorilas do Alto-Comando como inclusive havia particularmente insistido, nestas mesmas declarações, no aspecto puramente corporatista das reivindicações burguesas, afirmando notadamente que devido a seu amor pelo "Estado de Direito", o "empresário" "não aceita imposições que venham de cima para baixo". Neste

mesmo espírito vai o depoimento da burguesia nordestina. No Recife por exemplo, diz O Estado de São Paulo (6 de fevereiro de 1977), "empresários contaram que estiveram a ponto de não fechar os balanços do ano passado simplesmente por falta de verbas que estavam nas mãos da Sude-ne. É que a liberação do dinheiro dependia da assinatura do diretor do Departamento de Industrialização da Sudene, Luis Carlos Vinagre, que es-tava passando uns dias fora". "A gente naquela aflição para fechar o balanço e o homem passeando". E acrescentam os aflitos "empresários" ao O Estado de São Paulo, queixando-se da "irresponsabilidade" dos funcionários governamentais: "E sempre nada lhes acontece, não existe a menor possibilidade de um deles ser punido. Vinagre por exemplo cos-tuma deixar empresários esperando durante horas e depois manda a secre-tária dizer que 'hoje não vai dar'. Alguém o denuncia? Claro que não. Aí é que nunca sai o dinheiro". O burguês sente que não está mandando no país, que tem que engolir os Vinagres da burocracia estatal, sente que a máquina do Estado assumiu excessiva autonomia em relação aos in-teresses imediatos da classe dominante.

Há no entanto outros dirigentes patronais que como Severo Gomes ligam com lucidez a abertura política à capacidade de concessões de que der mostras a burguesia em suas relações com o proletariado e outras clas-ses dominadas. Merecem registro neste sentido as declarações de Laerte Setubal (Duratex) criticando a "burrice" do "empresariado brasileiro" em termos que vale a pena reproduzir: "Eles vão lá fora, encan-tam-se com um produto qualquer e não perdem tempo para fabricá-lo no Brasil. Mas nenhum deles parece ter olhos, nariz e ouvidos para a evo-lução social que está se processando especialmente na Europa, onde ho-je por exemplo se tropeça com indústrias com sistema de cogestão. A im-pressão é que todos aqui imaginam que tudo vai continuar fácil: a mão de obra docil, o salário comprimido, a guarda pretoriana à disposição" É possível maior lucidez? Quando dizíamos em nossa Plataforma que a di-tadura não é a forma "definitiva" do Estado capitalista no Brasil, quan-do F. Andrade em seu recente artigo sobre a Democracia Revolucionária alerta para o fato de que "hoje a burguesia liberal assume incontestavelmente a direção da luta pela democracia, procurando contê-la nos es-treitos limites do tolerável pela ditadura", estávamos, sobre a base do materialismo histórico, apontando para a atual correlação política de forças no interior da sociedade brasileira, descrevendo o quadro vi-vo do movimento histórico numa de suas cristalizações conjunturais, e

indicando-lhe o desdobramento mais provável, no futuro imediato. Uma direção política da burguesia monopolista emerge progressivamente do impasse atual; um programa político burguês aos poucos toma forma, agora com a ajuda indireta do novo governo norte-americano; uma solução burguesa para a crise do Estado capitalista em sua forma militar-terrorista começa a se delinear.

Onde vai a burguesia?

Um alto-funcionário do regime, insistindo -em conversa privada- na necessidade de acalmar a contestação da alta burguesia paulista, especialmente em vista do pronunciamento de Papa Junior, perguntou: "Quantas divisões tem o Papa?". Pelo visto nenhuma porque acalmou-se com extrema rapidez. Mas a verdade é que o trocadilho do citado funcionário encerra uma questão de fundo. O Papa não tem divisões, mas estarão elas todas com o Geisel? ou com o Garrastazu Medici? E sobretudo: terá chegado a hora, no Brasil, de contar as divisões?

Há quem pense que sim. Mas há também quem pense que não, e com boas razões. Aos mais eufóricos que dizem sentir no ar "um cheirinho de 1945" o jornalista Carlos Chagas observou com razão, lembrando que "um autor pouco citado por estas bandas", "já disse que a história se repete apenas como farsa" (O Estado de São Paulo, 10-11-1977), que "o Estado Novo caiu quando as Forças Armadas deixaram de apoiá-lo,..." "Hoje, a situação é outra... O regime... provém das Forças Armadas. Confunde-se com elas... Desapareceu até mesmo a figura do intermediário, do caudilho, do chefe civil perpetuado no poder com o apoio militar, com a chefia da nação ocupada de quatro em quatro anos pelas expressões maiores do movimento dominante".

A tese do "cheirinho de 45", naturalmente é emedebista. Tem o carimbo estampado do cretinismo parlamentar. Como de resto bem observou um jornalista do Pasquim 8 (398) 11 /17-II-1977, notando que "as declarações do Sr. Papa Junior desmantelaram o circuito fechado da Arena-MDB em que os viciados em excessões pretendiam resolver a crise nacional brasileira... Arena e MDB agora começam a ser colocados no seu devido nível pois se um setor da sociedade tão importante como o empresariado usa seus próprios condutos para expressar suas reivindicações, claro está que nem Arena nem MDB são representativos dos anseios das classes sociais".

Nem por isso há que tomar como favas contadas as apreciações do ex se-

cretário de imprensa de Costa e Silva. Carlos Chagas vê a dinâmica política com os olhos da Sociologia burguesa: vê as instituições, não vê as contradições. Vê o exercício do poder pelas Forças Armadas, não vê o caráter de classe do Estado, não vê que este não se acomodará indefinidamente com uma situação de conflito aberto entre a burguesia e o aparelho militar. Por isso o essencial é compreender o alcance real deste conflito e seus mais prováveis desdobramentos.

Nem a burguesia nem o aparelho militar constituem blocos homogêneos. Sem dúvida Chagas tem razão em distinguir radicalmente a situação atual daquela existente em 1945: lá, o Exército virou-se contra Getúlio; agora, se confunde com o regime. Mas há um "pequeno" detalhe que ele esquece inteiramente: em 1945 a burguesia, em sua grande maioria, estava firmemente contra Getúlio. (Do mesmo modo que em 64, em sua grande maioria, estava firmemente contra Goulart). Prisioneiro dos superficiais esquemas sociológicos "made in USA", Chagas reduz a dinâmica complexa da situação atual à oposição abstrata "civis versus militares". Mascara assim a base econômica e os interesses de classe subjacentes à luta política em curso. Já que os militares, conclui Chagas, acham que só com o regime atual "transformarão o Brasil numa grande potência... resta aguardar se obterão malogro ou sucesso. Ou então que a história vire rapidamente outra de suas páginas, sabe-se lá como..." (grifos nossos). O autor de Resistir é preciso está pelo visto chegando à conclusão de que é preciso resignar-se... Mas como vimos, esta sua atitude não reflete as posições dos líderes classistas da burguesia. É típica de um intelectual de direita que desde 1969 vem se tornando mais liberal e menos de direita e que hoje se encontra nem contra nem a favor do regime, mas muito pelo contrário, como dizia o possedista da célebre anedota.

Mas os donos do aço, das máquinas, do plástico, das tecelagens, têm interesses mais claros e palpáveis a defender e não podem perder tempo com especulações. Vão se arremeter contra o regime? Uma classe social é uma força viva, composta de milhões de indivíduos que, para agir politicamente, devem se servir de organizações, grupos dirigentes, partidos, etc. O que se nota na crise política atual é que (1) a burguesia não age através dos dois partidos existentes, que mais uma vez aparecem em sua estéril nulidade histórica; (2) os sindicatos patronais e os homens de Estado, na inoperância dos partidos, dirigem politicamente a burguesia como classe e a burguesia monopolista como camada dominante; (3) embora a maioria de seus representantes levante a bandeira da liberdade política, são

muitos os que, inclusive na crise em curso, tomaram abertamente o partido do terror militar. "O país não está preparado para que haja liberalismo político", declarou Bueno Vidigal, presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Autopeças (patronal); cf. Estado de São Paulo de 5-II-77. Resumindo: o fato novo que cabe reter é a movimentação da burguesia como classe reclamando sobretudo através de seus órgãos sindicais, o exercício direto do poder de Estado. Mas só uma minoria de elementos mais esclarecidos e com maior sentido histórico estão dispostos a fazer às classes exploradas as concessões econômicas e políticas (fim do arrocho, liberdade sindical) que permitiriam uma "saída liberal". A massa da classe burguesa, por maior que seja sua inquietação face ao desgaste e ao impasse do regime, não parece disposta a seguir os Severo Gomes e Laerte Setubal.

As forças democráticas

Se a solidariedade do MDB gaúcho com o cassado Glênio Perez é digna de registro, a atuação global da oposição consentida nos últimos acontecimentos, particularmente de sua direção nacional, foi marcada pela passividade habitual: mais e mais, as grandes questões da vida política nacional, inclusive aquelas concernentes a conflitos estritamente inter-burgueses, se colocam fora do sistema de partidos existentes, cujos chefes ficam reduzidos ao papel de choroões profissionais lamentando "essa violência" que "deixou surpreendida toda a nação, que estava voltada para o debate das reformas" (Thales Ramalho comentando as recentes cassações) ou proclamando, sentenciosos que "toda cassação é um retrocesso" (Ulysses Guimarães). Não é em torno do MDB que as forças democráticas têm assinalado sua presença na cena política nacional. As reiteradas tomadas de posição da Igreja em favor dos interesses populares, o recente manifesto dos intelectuais pedindo o fim da censura e do "amordaçamento" vêm alargar decididamente a frente antiditatorial e confirmar o caráter unificador da luta pela liberdade, aspiração comum à imensa maioria do povo brasileiro. Vêm sobretudo mostrar que a dinâmica desta luta se alimenta da mobilização de todas as forças progressistas da sociedade e não poderia, sem se abastardar, ficar confinada às manobras de gabinete das raposas liberais do MDB.

Nada mais compreensível que a luta dos operários pela liberdade surja e se desenvolva no terreno sindical. Mas seria desastroso se um certo obrerismo os fizesse desinteressar-se do combate atual pela democracia política. Cabe-lhes ocupar a vanguarda deste combate.

INFLAÇÃO OU RECESSÃO ?

MARTA ALVES

Em 1975 a taxa de crescimento do PIB foi inferior a 4% -menos de 1% de aumento do produto bruto "per capita"- ao mesmo tempo que a inflação cedia ligeiramente (29% contra 35% em 1974). Tudo indicava que a economia brasileira caminhava para uma forte recessão. Mas, contrariamente às previsões, o crescimento econômico foi retomado em 1976 : 8% de aumento do PIB malgrado o péssimo desempenho do setor agrícola, mas com a indústria registrando taxas superiores a 15%. Paralelamente, a inflação atingia 46,9% no fim do ano enquanto se acentuava ainda mais o desequilíbrio da balança de pagamentos e a dívida externa alcançava 27 bilhões de dólares, ou seja quase 25% do PIB em 1976.

Já no final do ano passado várias medidas eram anunciadas contra o "superaquecimento" da economia, a inflação e o déficit em conta corrente da balança de pagamentos, "principal causa da elevação da dívida externa" (discurso de Geisel de 29-XII-1976). Elas incluíam cortes drásticos nos investimentos públicos e nos financiamentos do BNDE e a liberação das taxas de juros. Em janeiro deste ano foram reforçadas pela criação do "depósito restituível sobre a gasolina e o óleo combustível", popularmente "simonetas". Os discursos oficiais falavam, na ocasião, em "sacrifícios necessários" e até em "economia de guerra". Em março a tônica mudou. Quando todas as medidas práticas para entrada em funcionamento das "simonetas" haviam sido tomadas, inclusive com impressão e distribuição junto às agências bancárias de mais de dez milhões de talões, foi anunciada sua suspensão por tempo ilimitado. E os discursos oficiais começaram a falar em "alívio" e "otimismo prudente".

O recuo governamental é patente. Explica-se pelo generalizado descontentamento com a "simoneta" e exprime, uma vez mais, o movimento pendular em que se manifesta o caráter crônico da crise de hegemonia, na alternância em curtos espaços de tempo, de medidas de caráter recessivo e de medidas de expansão (como, no plano político, se sucedem medidas fascisantes e liberalizantes). E que não se imagine ser esta oscilação o resultado de algum cálculo de economistas, politólogos e outros tecnocratas a serviço da ditadura militar. Nos países capitalistas dominantes há também alternância de políticas anti-inflaciona-

rias e de políticas de estímulo à retomada do crescimento econômico. São que esta alternância é "funcional" na medida em que os objetivos de cada fase é atingido. O que vem ocorrendo no Brasil, ao contrário, é que as medidas expansionistas e as medidas anti-inflacionárias vão se sucedendo sem que tenham atingido qualquer efeito. O que resulta desta oscilação é o agravamento do desequilíbrio econômico, altas taxas de inflação, desemprego, salários estagnados no mais baixo nível e sérios problemas na balança de pagamentos.

Sem querer resumir à oposição recessão/inflação as contradições econômicas do regime, é evidente que ela consubstancia um impasse que não pode se prolongar indefinidamente. Onde a vontade política, salientada no editorial do presente número, de setores amplos da burguesia monopolista de recuperar o controle direto do poder de Estado. O que não quer dizer que estes setores apresentem um projeto claro e comum de gestão econômica nem que não haja contradições entre eles. Eles sentiram o problema, mas a solução entrevista (ver por exemplo a declaração de Laerte Setubal citada no presente editorial) exige mudanças profundas não somente na forma do Estado burguês mas nas próprias condições da acumulação capitalista e nada indica que na sua massa, a classe capitalista esteja decidida a correr tais riscos.

De resto, a diferenciação de interesses no plano econômico não encontra correspondência mecânica e automática no plano político. A respeito das principais opções da política econômica encontramos pelo menos três posições distintas : (1) combate à inflação pelos métodos tradicionais da política monetária e orçamentária e do arrocho; (2) continuidade do crescimento econômico, em função da idéia de que não há crise no Brasil atualmente, bastando alguns retoques nos pontos onde se constata dificuldades e (3) "reconversão do modelo" através da expansão prioritária da produção de meios de produção e do mercado interno. As duas primeiras posições coincidem num ponto fundamental: concordam com a manutenção do caráter extrovertido do sistema econômico, notadamente no referente ao capital estrangeiro e à política de exportações. Divergem no entanto na questão do combate à inflação, cuja importância não pode ser subestimada, já que tanto o grande como o pequeno Capital nacional não têm acesso direto ao mercado financeiro internacional e sofrem as consequências da correção monetária sobre os empréstimos contraídos no mercado interno de capitais: considerável aumento dos custos dos investimentos e do capital de giro. Tampouco os grupos

ligados ao capital estrangeiro, assim como as próprias multinacionais, estão dispostos a aceitar como normal uma taxa de inflação anual próxima dos 50%. E são muitos os tecnocratas do aparelho estatal que acreditam que sem um "saneamento financeiro" os empréstimos e investimentos estrangeiros cessarão de afluir ao país e se dispõem a adotar os métodos do FMI. É desta orientação que é partidário o atual ministro da Fazenda, que declarou a um auditório de 800 capitalistas reunidos no 18º Encontro de Confraternização das Classes Empresariais que "a política monetária, embora não seja o único, representa um poderoso instrumento de regulação da inflação, do nível de demanda e do balanço de pagamentos. Não há estabilidade de preços que resista por muito tempo à prodigalidade monetária, como não há inflação que mantenha seu fôlego diante de uma política austera de controle dos meios de pagamento" (cf. O Estado de São Paulo de 29-1-1977).

A segunda posição é a dos que acham que se deve deixar como está para ver como fica, que consideram que os riscos de crise econômica - que procuram subestimar ao menos em seus pronunciamentos públicos - são preferíveis a uma política de restrições. Estão neste caso os capitalistas do setor automobilístico, eletro-doméstico, construção e em geral aqueles que dependem das encomendas do setor estatal. Delfim Netto Carlos Langoni têm sido os arautos deste grupo. No mesmo dia em que Simonsen expunha seu ponto de vista no Encontro das "classes empresariais, Carlos Langoni (que como se sabe é um dos protegidos de Delfim) afirmava que "a situação econômica do Brasil é boa e não se justifica a sensação de crise que paira no ar. O governo deflagrou uma ação tão sufocante que está atemorizando o empresariado mais do que seria justo". E acrescentou: uma "crise econômica se caracteriza por forte recessão em que o nível do produto real cai em termos absolutos... O paradoxo da conjuntura brasileira tem sido a frequência com que vem sendo utilizada a expressão 'crise' apesar da dificuldade de se encontrar um indicador objetivo que aponte nesta direção" (Estado de São Paulo de 29-1-1977). Por seu lado, Delfim Netto, lançando sua candidatura ao governo de São Paulo anunciou que "1977 será rigorosamente a repetição do desenvolvimento ocorrido no país em 1976, corrigindo as dificuldades encontradas...", e concluiu negando "qualquer vinculação entre uma eventual crise econômica em 77 (que não acredito, disse, possa vir a existir no Brasil) e um fechamento político" (Jornal do Brasil de 29-XI-1976). Algumas horas depois Geisel iria declarar que "as previ-

sões para 1977 não são promissoras" e conchamar "todos os brasileiros a uma tomada de consciência... para que em redobrados esforços e com a aceitação de sacrifícios que afinal ainda serão apenas do secundário, possamos superar a quadra que nos está reservada nestes anos da década dos 70". "Qual é o quadro que nos empurrará para um destino pouco promissor?" perguntou o editorialista do Jornal do Brasil comentando a fala do chefe do Estado -cuja alusão ao caráter "apenas secundário" dos "sacrifícios" dos brasileiros é digna do melhor cretinismo reacionário, a não ser que se trate de puro cinismo- "Qual a realidade mundial que nos comprime? Que sacrifícios serão exigidos?" gemeu ainda o mesmo editorialista, para ponderar em seguida que "o país pode estar até disposto a fazer sacrifícios. Desde que saiba quais são -se primários, secundários ou terciários. E em nome de que. Da perversidade dos povos estrangeiros ou da ineficiência nacional. Seria bom esclarecer quem é o responsável pelas presentes agruras". (Jornal do Brasil de 31-XII-1976). É realmente o caso de dizer: não se faça de bobo. Os sacrifícios são feitos em nome do DOI, do CODI, do Esquadrão da Morte e da AAB. Para encher os bolsos dos monopólios estrangeiros e nacionais, da alta finança, da grande indústria e dos grandes agrários. Cujas agruras só começarão quando os sacrificadores forem por sua vez sacrificados.

Quanto à terceira posição, a demissão de Severo Gomes e o compasso de espera em que entrou a "contestação dos empresários" mostraram que a curto prazo a "reconversão do modelo", como salientamos no editorial de Debate-22, é tão inviável quanto a reconversão do próprio regime. Seria um erro subestimar a importância política do aparecimento de um programa liberal, nacional e reformador como aquele que vem sendo sustentado pelo ex ministro da Indústria e seus correligionários. Na festa de solidariedade que a alta burguesia preparou para Severo Gomes -relatada com detalhes no Estado de São Paulo de 9-11-1977- o ministro demitido foi chamado de "esquerdinha" por um dos convidados e respondeu chamando-o de "fascista". A alteração só não se transformou em pancadaria porque ambos foram separados pelo demais "empresários" presentes. Quanto maior o impasse, maiores os ódios que suscitam os que propõem uma via distinta. Neste sentido é seguro que as contradições interburguesas irão se aprofundar. Por ora, é a linha Delfim que triunfa, com Geisel retirando as simonetas e prometendo dias róseos para o futuro.

CAIO PRADO E A LUTA PELA TERRA

A. SILVA

Pode parecer estranho dedicar um artigo ao livro A Revolução Brasileira dez anos depois de sua publicação. A polêmica que levantou no fim dos anos sessenta, particularmente sobre as relações de produção na agricultura, deixou a impressão de que tudo já foi dito a respeito das teses de Caio Prado Jr. O desenvolvimento recente dos estudos sociais rurais no Brasil transformou radicalmente a abordagem da problemática agrário-camponesa, impondo até um certo esquecimento das idéias defendidas pelo autor logo após a vitória da reação burguesa e latifundiária em 1964. Idéias que exerceram inegável impacto em 1966. Entretanto, nota-se que o autor ainda exerce um certo fascínio sobre o pensamento de algumas correntes de nosso movimento revolucionário e mesmo de um ou outro dirigente camponês. Daí a importância de tecer algumas considerações sobre seus enganos. (Sem esquecer seus méritos) Como apontou a propósito nossa Plataforma, Caio Prado Jr. repete o equívoco de Roberto Simonsen quando sustenta que a economia brasileira sempre obedeceu à lógica da acumulação capitalista, ignorando a diferença entre a produção de mercadorias em geral e a produção capitalista, fazendo do mercado a categoria fundamental da Economia Política e abolindo portanto toda determinação histórica concreta. Esse erro básico que condiciona o livro inteiro é, entretanto, insuficiente para dar conta da falsidade da maior parte de suas teses sobre a agropecuária. Sua subestimação da importância da economia camponesa foi diversas vezes apontada nestas mesmas páginas (1). O autor tem toda a razão quando diz que "a economia agrária brasileira não se constituiu na base da produção individual ou familiar, e da ocupação parcelária da terra, como na Europa, mas sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado." (2). De fato, foi a grande exploração escravista a principal base da economia brasileira. Mas isso não impediu a existência e o desenvolvimento posterior dos pequenos

(1) Ver por exemplo DEBATE - 21 p.s 17-33

(2) PRADO JR., Caio - A REVOLUÇÃO BRASILEIRA, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1966, 2a. edição, p.118

produtores autônomos. Se houve uma certa atrofia da economia camponesa ela advém do imenso predomínio do latifúndio e da grande empresa agrícola desde os primórdios da colonização. Mas mesmo nas áreas onde se consolidou a grande empresa agrícola, como no caso da lavoura canavieira do Nordeste, ela não excluiu a presença de parcelares. "Os moradores - em geral mestiços que viviam nos engenhos - constituíam elevada percentagem da população livre. Geralmente conseguiam dos senhores de engenho autorização para desbravar um pequeno pedaço de mato e estabelecer uma choupana e um roçado (...). Nos anos chuvosos em que a produção era maior, costumavam comercializar o excedente do consumo e com isto adquirir roupas e alguns utensílios." (1) Esses foreiros que abasteciam as grandes plantações comerciais em gêneros alimentícios transformaram-se, em grande parte, em assalariados quando da abolição da escravidão. Mas deram também origem aos minifúndios que coexistem com a agroindústria do açúcar até nossos dias. Mesmo nessas áreas, onde a grande empresa rural e o latifúndio marcam profundamente as estruturas agrárias, resiste a pequena produção, seja através da pequena propriedade, seja através das mais variadas formas de arrendamento e parceria frequentemente combinadas ao trabalho assalariado temporário.

A formação da pequena exploração teve várias origens. "Principalmente nos períodos de refluxo dos grandes ciclos econômicos que marcaram a nossa história colonial e, sobretudo, após o declínio da mineração, expandiu-se no Centro-Sul a produção agrícola de subsistência baseada na economia dos posseiros, invasores ou intrusos, como também eram chamados aqueles que detinham a posse da terra por simples ocupação." (2) Com a expansão da economia cafeeira, também foram posseiros que ocuparam as terras esgotadas, de baixa produtividade, deixadas para trás pelas fazendas. "Desse modo, os posseiros, assim como os arrendatários e vaqueiros das fazendas pecuárias, foram os precursores da média, e principalmente, da pequena propriedade no Brasil, posteriormente difundida e implementada pela colonização européia no Sul do País, enquanto que as sesmarias, através das quais se buscou a produção agrícola voltada para os mercados mundiais e a pecuária extensiva, constituíram os fundamentos do latifúndio vigente até hoje." (3)

Em outubro de 1976 a revista Veja transcreve uma declaração do profes

(1) ANDRADE, M, C. de, A TERRA E O HOMEM NO NORDESTE, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1963, 2a. edição, p. 79

(2), (3) GORENSTEIN, O., "Cinco Séculos de Posse", CADERNOS DO CEAS, nº 46

sor José de Souza Martins, da USP, onde ele diz entre outras coisas que "a crise brasileira está agudizada pela extinção da lavoura de subsistência, que sempre subvencionou a nossa economia". O comentário da revista não é nada fortuito: "Sua advertência soaria estranha porque é pouco conhecido e estudado o papel da pequena propriedade agrícola na economia brasileira." (1) E a seguir dá os seguintes números: 43,9% dos produtos básicos de alimentação e 38,4% das matérias-primas para indústrias são fornecidos por propriedades com menos de 50 hectares. "Como atestam as estatísticas do Recadastramento de Imóveis Rurais de 1972 do INCRA, a despeito de participarem com apenas 20% da área explorada, são os pequenos agricultores responsáveis por 40% da produção agropecuária." (2)

Para Caio Prado Jr., no entanto, "não se constituiu assim uma economia e classe camponesa a não ser em restritos setores de importância secundária." (3) É verdade que a formação da pequena propriedade e a extensão da pequena produção em geral se fez em atividades secundárias se comparadas ao açúcar e ao café. Mas do ponto de vista das contradições sociais isso pode servir no máximo para explicar porque não há antagonismo econômico entre a pequena e a grande exploração, antes pelo contrário, muitas vezes se completam. A economia camponesa se desenvolveu no setor das culturas destinadas ao mercado interno, que é um setor economicamente secundário mesmo hoje em dia. Não diminui de um mícron a importância social das 2,4 milhões de famílias de pequenos proprietários (11 milhões de pessoas), das 900 mil famílias de arrendatários e parceiros e das 650 mil famílias de posseiros (4). O mínimo que se pode dizer dessa afirmação de Caio Prado é que ela revela uma extrema falta de rigor. Mas ele vai mais longe.

Tentando demonstrar a pequena importância do campesinato - que ele de resto nunca tenta quantificar - o autor acaba adulterando um bom número de categorias da Economia Política. Uma bem conhecida é a de considerar a parceria como uma relação de produção, ou mesmo de trabalho, capitalista. "Trata-se entre nós, pelo menos naquelas instâncias de real significação econômica e social no conjunto da vida brasileira, de sim

(1) VEJA, 20/10/76

(2) Editorial do boletim REFORMA AGRÁRIA, n.ºs 9-10, set/out 1976

(3) op.cit. p.118

(4) DEBATE - 21, p.s 17-33

ples relações de emprego, com remuneração in natura do trabalho. Isso é, com o pagamento da remuneração do trabalhador com parte do produto, a metade na meação, duas partes na terça. A nossa parceria assimila-se as sim antes ao salariado, e constitui pois, em essência, uma forma capitalista de relação de trabalho."(1) Como já apontamos em DEBATE-21 (p.31) ao lado dessa parceria onde o produtor direto não é proprietário das mercadorias que produz e pode portanto sofrer a caracterização dada pe lo autor, existe um grande número de parceiros-autônomos para os quais a situação é essencialmente igual ao "métayage" ou à "mezzadria". Mas o autor não percebe que se o parceiro tem o direito de comercializar a sua parte da produção, ele é um pequeno produtor de mercadorias explora do pela renda-produto e não um simples vendedor de força de trabalho, como quer a sua imaginação. Segundo as estatísticas, existiam 380 mil parceiros-autônomos no início da década de 70.

Nesse livro, Caio Prado faz uma crítica basicamente correta do chamado "feudalismo brasileiro". Mas, na ânsia de ridicularizar essa "tese", ele acaba negando qualquer diferença entre o proprietário de terras que vi ve fundamentalmente da extorsão da renda fundiária obtida pela explora ção de um conjunto de colonos, parceiros, arrendatários e mesmo assalariados e o capital industrial. "A posição dos fazendeiros e outros proprietários rurais brasileiros é essencialmente, sob aquele aspecto econômico e social, a mesma dos proprietários e capitalistas co suas ativida des e negócios nas cidades."(2) Ou ainda, "...já não se pode mais traçar uma linha divisória de natureza social, por mais indecisa que seja, entre categorias burguesas respectivamente rural e urbana-industrial ou outra".(3) Antes de mais nada, é preciso que fique claro que essas afirmações, se fossem verdadeiras, enterrariam definitivamente boa parte do trabalho teórico de Marx. Este dedicou as duas últimas seções do Capital justamente ao estudo da diferença entre renda fundiária e mais-valia, para concluir, no último capítulo, que os proprietários do capital e os proprietários fundiários constituem duas classes bem distintas na "sociedade moderna fundada sobre o sistema de produção capitalista!"(4)

(1) op.cit., p.s 52-53

(2) op.cit., p.107

(3) op.cit., p,169

(4) A 6a. Seção, "Conversão do sobrelucro em renda fundiária" e a 7a. Seção, "Os rendimentos e suas fontes", i.é, todo o tomo 3 do livro III.

Mas este argumento poderia parecer doutrinário ou apriorístico para quem exige uma teoria revolucionária que efetivamente dê conta dos fatos. Pois bem, que explicação daria o autor às oposições entre órgãos corporativos dos latifundiários como a Sociedade Rural ou a CNA e aqueles que congregam os capitalistas da cidade como as Federações da Indústria ou as Associações Comerciais? Mais concretamente, como analisaria o autor a "crise da carne" num dos períodos de expansão mais intensa das modernas fazendas de gado, que levou inclusive à demissão do ministro Cirne Lima? A luta acirrada entre os grandes fazendeiros e os frigoríficos só pode ser entendida em função da necessidade para o capital de impedir que o preço do boi fosse regulado pelo produzido nas piores condições, isto é, com maiores custos, o que possibilitaria uma maior apropriação, pelos empresários rurais e proprietários da terra, do sobretrabalho fornecido pelos trabalhadores na pecuária. Os capitalistas tentam impedir que uma maior fração do sobretrabalho escape ao processo de igualização da taxa de lucro, transformando-se em renda fundiária. (1)

O que foi dito para a carne vale para uma série de outros produtos agropecuários. O que leva muitos a pensarem, como Caio Prado, que não existe diferença entre oligarquia latifundiária, burguesia agrária e burguesia industrial, lembrando casos de famílias de usineiros de açúcar, por exemplo, que são ao mesmo tempo industriais no setor de cimentos, banqueiros, etc. Vêem a árvore e não vêem a floresta. Existem no Brasil por volta de 300 mil capitalistas agrícolas que exploram mais ou menos 3 milhões de assalariados quase exclusivamente temporários. (2) Vale também lembrar que os 741 mil imóveis classificados pelo INCRA como latifúndios detêm 72% da área explorada (78% da área total).

Caio Prado Jr. nega qualquer importância às relações de produção pré-capitalistas em nossa agricultura. Chega a dizer que "...as formas espúrias, por assim dizer de relações formalmente não capitalistas que se insinuam na organização econômica da agropecuária brasileira, tendem a desaparecer por si e espontaneamente na medida do sucesso financeiro e crescimento da rentabilidade do empreendimento..." (3). Assim,

(1) Ver artigo "A crise da carne", DEBATE-15, p.s 21-28

(2) Estimativas feitas com base na análise das Estatísticas Cadastrais do INCRA-1972. Ver DEBATE-21, p.s 17-33

(3) op.cit., p.161

segundo ele, tudo o que no campo brasileiro não se define pela oposição entre o trabalhador direto desprovido de meios de produção e um detentor de capital que o explora, não passa de "formalmente não capitalista" ou "formas espúrias". Não causa surpresa, portanto, a conclusão que tira mais adiante: "os polos principais da estrutura social do campo brasileiro... são... respectivamente o empresário capitalista e o trabalhador empregado, assalariado ou assimilável econômica e socialmente ao assalariado".(1) Esta é a consequência política dos erros de análise do autor: os trabalhadores do campo brasileiro seriam todos proletários.

Não se trata só do "descuido" com relação às 4 milhões de famílias de camponeses. A importância sócio-política dos pequenos agricultores se evidencia em primeiro lugar no próprio movimento sindical. A sindicalização é muito maior nas regiões de predomínio camponês que nas regiões de predomínio proletário. No Rio Grande do Sul, por exemplo, existem 236 municípios e 206 sindicatos. Esses sindicatos contam com a participação de 510 mil associados, isto é, 66% do total de trabalhadores se não se contam os dependentes. Em Minas Gerais, os sindicatos são 231 sobre 725 municípios e o número de sindicalizados é de 322 mil, ou seja, 14% do total de trabalhadores agrícolas. (2) Mesmo quando as atuais dificuldades para a organização sindical dos assalariados temporários da região sudeste forem superadas, a importância política dos posseiros, pequenos arrendatários, parceiros e minifundiários continuará a ser fundamental.

Convencido do contrário, o autor não hesita em formular as consequências programáticas. Para ele, o conflito básico presente na agropecuária, "gira em torno da reivindicação pelos trabalhadores empregados de condições mais favoráveis de trabalho, como sejam, melhor remuneração, segurança no emprego, tratamento adequado, etc".(3) Essa afirmação poderia até ser correta se considerada como exprimindo as principais reivindicações imediatas dos trabalhadores assalariados. Mas, para o autor, trata-se de opô-la à reivindicação da terra: "...no que se refere ao conjunto da economia agropecuária brasileira, e em particular a seus principais e fundamentais setores, a luta pela terra que implica o retalhamen

(1) op.cit., p.162

(2) Os dados sobre a sindicalização são os do Relatório de Atividades da CONTAG do ano de 1975 e as cifras sobre o número de trabalhadores são do Cadastro do INCRA de 1972.

(3) op.cit., p.216

to da grande propriedade e o desmembramento da grande unidade produtora que hoje estrutura a maior e principal parte da economia agrária do país, não traz em seu bojo e na sua seqüela nenhuma forma nova de organização capaz de liberar forças produtivas hoje tolhidas ou reprimidas em seu natural desenvolvimento."(1) Desde quando a luta pela terra implica necessariamente no retalhamento da grande propriedade ou da grande unidade produtora? Além do que, para se afirmar se o desmembramento da grande propriedade libera, ou não, forças produtivas, é preciso saber qual é a natureza do processo produtivo nessa exploração. A situação será totalmente oposta se compararmos os grandes latifúndios de renda, por exemplo de pecuária extensiva, à agroindústria do açúcar ou à economia cerealífera do sul. O grau de cooperação, a frequência do trabalho complexo, a necessidade intrínseca do capital para que a produção se realize é que irá determinar se a divisão da terra representa ou não um recuo. Obcecado sempre pelos "principais e fundamentais setores" da economia agrária, o autor se esquece, ou ignora, que a maior parte da área agrícola do país se encontra na primeira situação e não na segunda. Mas o mais grave é que o autor tenta negar a aspiração dos trabalhadores do campo pela terra através de um argumento técnico, por cúmulo do azar falso. Revela seu economicismo também ao querer negar a existência de uma base objetiva na estrutura econômico-social para a "luta pela terra".

Caio Prado Jr. tem toda a razão em dizer que "os dirigentes operários e da política de esquerda" em geral subestimaram a mobilização e luta dos trabalhadores rurais brasileiros na base das relações de emprego. Trata-se de uma das afirmações mais judiciosas do livro.(2) Mas sua idéia de que "a questão da terra representa... papel relativamente de segunda ordem" é simplesmente canhestra. Quem luta imediatamente pela terra, por sua posse individual, não são certamente os assalariados puros da lavoura canvieira, das plantações de café ou dos campos de trigo. São sim os posseiros, os pequenos proprietários expulsos pelos fazendeiros de gado, os parceiros e pequenos arrendatários, etc. Entre 1971 e 1974 eclodiram 197 conflitos de terra suficientemente importantes para serem noticiados na imprensa de grande circulação. Em 30 destes conflitos, houve invasão, feridos e/ou mortos. Manifestaram-se tanto em áreas ocupadas (Nordeste, Santa Catarina) como nas zonas pioneiras (Roraima, Mato Grosso, Goiás), e se ca-

(1) op.cit., p.225

(2) op.cit., p.218

racterizaram em geral pela violência. "Quando o conflito chega a ser de flagrado, as partes saem mesmo para a violência total, atirando para ma tar!" Nesses conflitos morreram 63 camponeses.(2) A queixa do au-
tor quanto à falta de estudos empíricos ou análises concretas que pro-
vassem que "a reivindicação pela posse da terra tivesse a expressão e o
alcance e profundo sentido histórico que lhe são atribuídos" foi larga-
mente ultrapassada nos últimos anos. Um grande número de relatórios e
estudos sindicais, trabalhos universitários e pesquisas publicadas na
imprensa democrática vão no sentido inverso da conclusão tirada pelo au-
tor: "que a reivindicação e luta pela terra não tem no Brasil a signi-
ficação revolucionária que se lhe pretende atribuir com base na simples
teoria".(3) E isso, mesmo no caso de se entender "reivindicação e luta
pela terra" como reivindicação e luta pela posse individual ou proprie-
dade privada da terra.

As teses de Caio Prado Jr. sobre o campesinato brasileiro representam
um grande perigo político. Segundo ele praticamente não existiriam cam-
poneses e a luta pela terra seria um "a priori" dos dogmáticos. Princi-
pal conclusão: não há necessidade de aliança de classe pois os tra-
balhadores do campo são em esmagadora maioria proletários. O mais engra-
çado é que essa visão "esquerdista" se esvai numa proposta totalmen-
te reformista. Em todo o capítulo dedicado ao "Programa da Revolução
Brasileira" procura-se sem sucesso alguma palavra sobre a expropriação
dos latifundiários e capitalistas agrícolas. O autor aponta como obje-
tivos programáticos apenas duas reivindicações imediatas dos assalaria-
dos rurais. "Em face do que se viu acima, um tal programa se desdobra
naturalmente em duas tarefas essenciais, que se conjugam e mutuamente
se completam: de um lado assegurar a efetiva aplicação e promover a am-
pliação e extensão da legislação rural trabalhista destinada a conceder
ao trabalhador empregado um estatuto material e social adequado. De ou-
tro trata-se de ampliar os horizontes de trabalho e emprego oferecidos
pelas atividades econômicas do país, de maneira a assegurar ao conjunto
da população trabalhadora ocupação e meios regulares de subsistência"
(4) Como se isso fosse possível sem a efetivação de uma Reforma Agrá-
ria....Até o programa do MDB é bem mais radical. Propõe que a Reforma

(1).op.cit. p.218

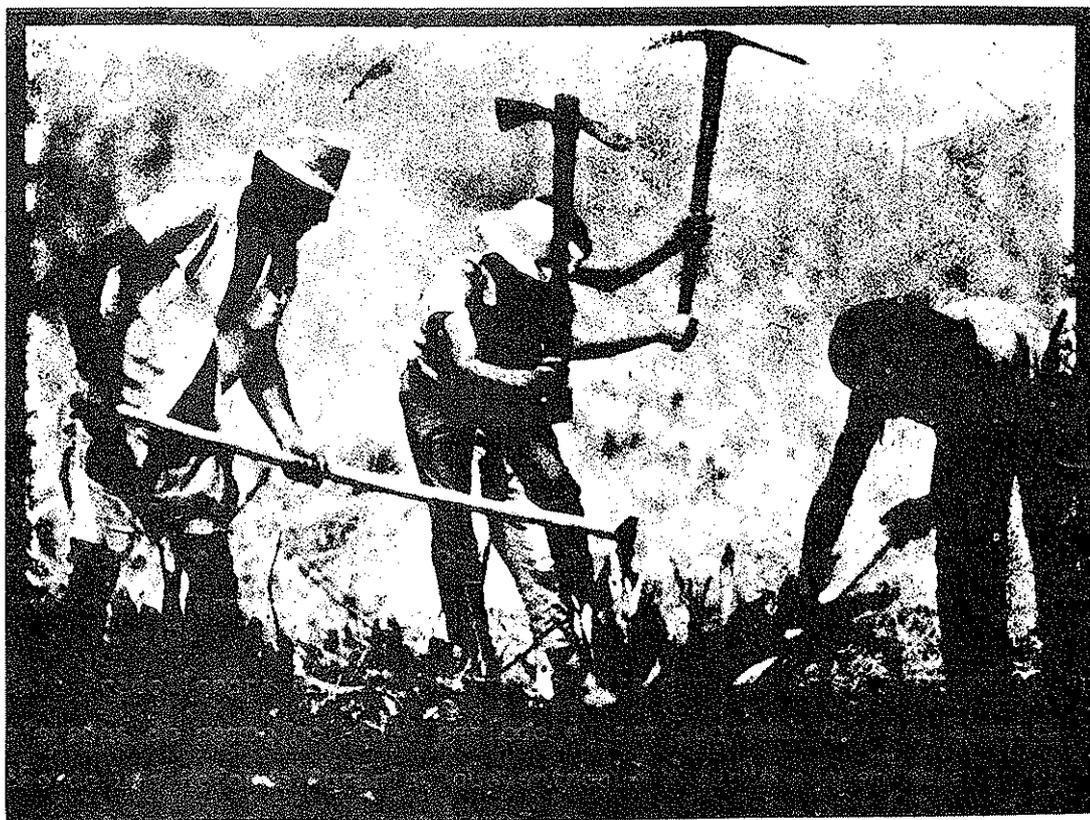
(2).Silva Rodrigues,V.L.G. e Gomes da Silva,J.- 'Conflitos de Terras no
Brasil', Reforma Agrária, março/abril 1975, p.s 2-17.

(3).op.cit.p.220

(4).op.cit.p.244

Agrária seja executada "sem mais delonga", tendo como base "o cooperativismo e a propriedade social" e "extinguindo tanto o latifúndio como o minifúndio".

Caio Prado ignora que a bandeira de luta que une todas as camadas exploradas do campo no atual período é, sem qualquer dúvida, a execução de uma Reforma Agrária que entregue a terra a quem nela trabalha. O que implica a expropriação sem indenizações dos latifundiários e capitalistas agrários e a entrega gratuita aos assalariados rurais e camponeses pobres das terras expropriadas. Em alguns casos, a terra deverá ser dividida e distribuída para ser explorada individualmente ou em cooperativas. Noutros, deve haver exploração coletiva pelos trabalhadores ou exploração direta pelo Estado, sempre tendo como critério de base a vontade das massas camponesas.



A POSIÇÃO DO BRASIL NO CAMPO IMPERIALISTA

FERNANDO ANDRADE

§1- Imperialismo e questão nacional

Há cinco anos atrás, na polêmica sobre o programa e a tática da revolução brasileira que opôs a redação de DEBATE aos companheiros da Tendência Leninista da ALN, abriu-se uma longa discussão, proveitosa embora às vezes demasiado áspera, sobre a palavra de ordem de "libertação nacional" que considerávamos - e continuamos considerando - inadequada para exprimir o conteúdo anti-imperialista da luta revolucionária em nosso país. Esta discussão se encontra nos números 8 e 10 de DEBATE e, não cabendo retomá-la aqui, a eles remetemos nossos leitores. Lembraremos tão somente que ali defendemos a tese de que a palavra de ordem de "libertação nacional" só é correta para as nações oprimidas enquanto nações, enquanto que, segundo os companheiros da TL/ALN, ela constitui o principal elemento do programa revolucionário, já que preconizam uma "estratégia nacional-libertadora e democrática".

A esta questão voltamos em DEBATE-13 quando criticamos a estreiteza nacionalista das teses da AP sobre o caráter "neo-colonial" da dominação imperialista a que está submetido o Brasil. Mostramos, nesta oportunidade, o erro de análise que fundamenta estas teses: elas exprimem, por sua tenaz subestimação do desenvolvimento capitalista de nosso país uma variação nacional do "populismo" histórico, aquele mesmo que Lênin criticou profundamente no Desenvolvimento do capitalismo na Rússia.

A característica geral das concepções errôneas sobre a natureza da luta anti-imperialista que sustentam a palavra de ordem de "libertação nacional" é o fato de abandonarem, ao menos neste ponto, o terreno do materialismo dialético, na medida em que perdem de vista as determinações históricas concretas que caracterizam a opressão nacional. Não somos daqueles que pensam resolver um problema teórico do movimento revolucionário com meia-dúzia de citações de Marx ou Lênin. Nada de mais anti-marxista e anti-leninista do que o culto do texto sagrado. Mas quando nos defrontamos com um rebaixamento das aquisições teóricas e programáticas do movimento comunista internacional, parece-nos razoável, antes de mais nada, restabelecer os termos exatos em que determinado

problema foi colocado e resolvido numa situação histórica concreta. No que se refere ao problema dito da "libertação nacional", dispomos de uma série de escritos de Lênin, datados de 1916 (isto é, da época da guerra mundial inter-imperialista, da traição social-democrata e da iminência da revolução socialista) posteriormente retomados no II Congresso da Internacional Comunista, que, se tivessem sido levados devidamente em conta por alguns de nossos comunistas, haveriam certamente evitado a grande confusão que reina ainda sobre o assunto em nossa esquerda.

Em dois destes escritos, A revolução socialista e o direito das nações a disporem de si próprias e Uma caricatura do marxismo (ver Obras, vols. 22 e 23) distinguem-se, em relação à questão nacional, três tipos de países. "O primeiro tipo, são os países avançados da Europa Ocidental (e da América) onde o movimento nacional pertence ao passado. O segundo tipo, é a Europa do Leste, onde ele pertence ao presente. O terceiro, são as semi-colônias e colônias onde ele pertence, em larga medida, ao porvir. (grifado no original)" (Lênin, Obras, vol. 23, p.39). Qual a natureza deste "movimento nacional" que constituía, em 1916, o presente da Europa do Leste e o futuro das colônias e semi-colônias? Que objetivos o caracterizam? Fundamentalmente "o despertar das massas para a posse da língua nacional e de sua literatura (que constitui condição necessária e corolário do desenvolvimento completo do capitalismo, da penetração da troca até a última família camponesa)". Nos países onde a "questão nacional" é tarefa objetiva, a "defesa da pátria" "pode ainda ser a defesa da democracia, da língua materna, da liberdade política contra as nações opressoras, contra a Idade Média" (Lênin, ibidem, pp.40-41). Inútil salientar que ao recusarmos a palavra de ordem de "libertação nacional" para as nações que por disporem de sua própria língua, de seu próprio território, de independência política, não são oprimidas enquanto nações, nada mais estávamos fazendo que expor, no vocabulário político contemporâneo, a mesma concepção. Constitui grave confusão tratar da mesma forma os países economicamente dominados pelo imperialismo com os países e povos dominados enquanto povos. A Argentina, escreve Lênin, "é de fato uma "colônia comercial" da Inglaterra, Portugal é de fato um "vassalo" da Inglaterra, etc. Isto é exato dada a dependência econômica em relação aos bancos ingleses, o açambarcamento pela Inglaterra das estradas de ferro locais, das minas, das terras, etc. - tudo isso faz destes países "anexações" da Inglaterra do ponto de vista econômico sem que haja violação de sua independência política. Ora, chamamos livre disposição das nações à sua independência política" (grifos nossos) (Lê

nin, ibidem, p.46). Como se vê, a questão decisiva para Lênin é a da independência política: o "movimento nacional" se determina por esta tarefa histórica que em absoluto não se confunde com aquela dos países onde a exploração econômica imperialista não viola a independência política (exemplos de Portugal e Argentina).

Do ponto de vista do materialismo dialético, é evidente que não há independência política absoluta, que um país economicamente dependente não é politicamente independente no mesmo sentido que um país imperialista. Mas "dialética" não significa confusão de conceitos. O que diferencia objetivamente a situação de um país economicamente dependente mas politicamente independente daquela de uma nação oprimida enquanto nação é que nesta a luta revolucionária assume necessariamente a forma de libertação nacional, de conquista da "livre disposição" no vocabulário da época.

Não é difícil avaliar as consequências políticas práticas destas distinções teóricas. Basta observar a dinâmica da luta revolucionária em nossa época, em particular na Ásia e na África (mundo árabe incluído), para perceber que as grandes vitórias revolucionárias dos povos destes continentes nas últimas décadas estiveram intimamente ligadas à resolução da questão nacional. Enquanto que a estagnação e mesmo os retrocessos da luta revolucionária na América Latina (onde a Revolução Cubana continua a constituir um fenômeno excepcional) não se compreendem (salvo para as explicações "geopolíticas" tipo "teoria dos dominós") sem levar em conta que com raras exceções (Panamá por causa da Zona do Canal, Porto Rico e as colônias francesas) a "questão nacional" como tal já foi resolvida na América Latina (mal resolvida, já que levou à balkanização e implicou em guerras fratricidas teleguiadas pelo imperialismo) mas de qualquer modo historicamente superada. A luta anti-imperialista, em nosso continente, não é, no essencial uma luta de libertação nacional.

É neste sentido extremamente interessante a auto-crítica teórica a que procede Régis Debray em seu livro A crítica das armas. Ele aí desenvolve (pp. 37-52) uma análise no fundamental coincidente com a que expusemos acima, com uma única diferença apreciável, a saber que na conclusão (p.52) se refere ao "paradoxo de um movimento histórico do qual o anti-imperialismo é a dominante e o eixo diretor, mas que não é mais um movimento de libertação nacional". Em nosso entender este paradoxo é mais aparente que real. A "dominante" e o "eixo diretor" do movimento revolucionário é a luta pela democracia; é nela que se concentra a dinâmica de ruptura com a ordem social e portanto com a base econômica existente. Exatamente porque são política -

mente independentes, as nações latino-americanas enquanto nações, não têm (com as exceções já apontadas) liberdade política para conquistar. Mas porque nelas as classes dominantes através da ditadura militar negam liberdade política às classes populares, estas têm a democracia para conquistar: o grande mérito de ter pela primeira vez compreendido e formulado este traço essencial da luta revolucionária em nossas condições históricas cabe sem dúvida alguma ao Projeto de Plataforma Política de DEBATE-12 (abril de 1973). Também pela primeira vez se colocou ali a questão da interpenetração das tarefas democráticas e anti-imperialistas no programa da democracia revolucionária. O que até agora não tinha sido feito, nem na Plataforma para a união dos comunistas, nem em nosso recente artigo sobre a Democracia revolucionária (DEBATE-24), é expor sistematicamente o problema da luta anti-imperialista a partir da análise da posição do Brasil no interior do campo imperialista internacional. O presente artigo constitui uma contribuição neste sentido.

§2- Formas da exploração imperialista

A história moderna do colonialismo e do imperialismo reproduziu em escala mundial e em função do desenvolvimento do capitalismo nas metrópoles, as diferentes formas do Capital entendido como categoria econômica geral. É sabido que historicamente (na Antiguidade greco-romana por exemplo) o Capital se apresentou sobretudo como Capital Comercial e Usurário. Também assumiu a forma de Capital Produtivo na medida em que transformou o produtor direto, pela escravidão, em Capital Fixo, em objeto ou mais exatamente em instrumento da produção. "O boi é o escravo do pobre" escreveu Aristóteles em sua Política exprimindo assim a degradação do trabalhador (condição subjetiva, humana, da produção) em objeto da natureza (condição objetiva da produção). Ninguém ignora como a história moderna da colonização reproduziu estas formas arcaicas do Capital. A transformação do colonialismo capitalista em colonialismo imperialista, e de um modo geral, a transformação imperialista do capitalismo não aboliu todas as formas arcaicas de exploração, mas alterou qualitativamente seu significado e sua importância relativa. Elas se integraram no sistema geral da exploração imperialista e passaram a evoluir em função da dinâmica fundamental da super-acumulação monopolista, que constitui a mola do capitalismo contemporâneo.

Algumas formas da exploração colonial foram eliminadas, outras reintegradas pelo imperialismo. A exploração do Capital Comercial, por exem

plo, que constituiu o fator dinâmico da colonização na aurora do capitalismo, se apresenta hoje como "intercâmbio desigual". Mas o sobre-lucro comercial que representou elemento decisivo da acumulação capitalista primitiva, hoje tem papel secundário em relação à exploração direta, pelos monopólios imperialistas, da força de trabalho dos países dominados pelo imperialismo. Por outro lado, o desenvolvimento do capitalismo nas colônias e a concentração capitalista nas metrópoles aboliram a escravidão. O imperialismo conservou e reintegrou formas de exploração do mundo colonial herdadas de fases anteriores do desenvolvimento histórico do capitalismo, mas subordinou-as à lógica da acumulação monopolista nos países dominantes, eliminando aquelas que não mais correspondiam às necessidades da reprodução do processo produtivo e da valorização do Capital. As formas de exploração conservadas e reintegradas são pois historicamente anteriores mas estruturalmente secundárias à extorsão direta de mais-valia das massas trabalhadoras dos países dominados.

Dos cinco traços essenciais do imperialismo, tais como os definiu Lênin em seu clássico estudo de 1916 (concentração da produção e do capital criando os monopólios; fusão do capital bancário e do capital industrial criando o "capital financeiro" e a oligarquia financeira; predominância da exportação de capitais sobre a exportação de mercadorias; formação de "uniões internacionais monopolistas de capitalistas" repartindo entre si o mundo - Lênin descobriu a importância das "multinacionais" mais de meio século antes do que alguns "profundos" economistas atuais - e término da divisão territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas - cf. Lênin, O Imperialismo, estágio supremo do capitalismo, Obras vol.22, p.287) somente o último perdeu atualidade graças ao formidável desenvolvimento da luta de libertação nacional na Ásia e na África. As demais - formação dos monopólios e do capital financeiro, exportação de capitais e domínio da economia mundial capitalista pelas "multinacionais" como se diz hoje - continuam a constituir a essência do capitalismo contemporâneo enquanto sistema internacional de produção e de circulação.

§3- Exploração monopolista e exploração imperialista

Lênin desenvolveu sua teoria do imperialismo do ponto de vista da lógica interna da evolução histórica do capitalismo. A formação dos monopólios correspondeu à constituição, nos países avançados do limiar do século XX, "de um enorme excedente de capitais", que evidentemente, não poderia ser consagrado à elevação do nível de vida das massas num dado país, porque "disso resultaria uma diminuição dos lucros para os capitalis

tas, mas a aumentar estes lucros pela exportação de capitais para o exterior, nos países sub-desenvolvidos. Os lucros são aí em geral elevados, devido à insuficiência de capitais, o preço da terra é relativamente baixo assim como os salários e as matérias primas "são baratas" (Lênin, ib., p. 260-261).

Correspondendo à concentração da produção e do capital, bem como à sua centralização (massas cada vez maiores de capital são apropriadas por uma restrita oligarquia financeira) a transformação imperialista do capitalismo constitui uma fase qualitativamente distinta da evolução histórica deste modo de produção e não uma simples e contingente forma de "política externa" de alguns países dominantes. A polêmica que desenvolve contra o oportunismo social-democrata repousa justamente sobre a afirmação do caráter necessário, objetivamente determinado, desta evolução. As metrópoles capitalistas não são imperialistas porque seus governos teriam optado por uma política belicista e expansionista, mas porque, nestes países, o capitalismo atingiu um grau de desenvolvimento que engendra os monopólios.

Escrevendo durante a guerra mundial inter-imperialista, Lênin só se refere indiretamente aos efeitos da dominação imperialista sobre os países sobre os quais ela se exercia. Seu objetivo era explicar a natureza de classe da guerra de 1914-1918, bem como sua significação histórica -de antevéspera da revolução proletária mundial- e não as consequências concretas da exportação de capitais sobre o desenvolvimento econômico dos três continentes dominados (o "terceiro mundo" na linguagem corrente atual). Parecia-lhe -bem como a todos os revolucionários comunistas da sua época- que a vaga revolucionária suscitada pela guerra mundial iria varrer da cena histórica, a curto prazo, a ordem capitalista internacional e por isso mesmo não contemplou a hipótese de um período histórico de coexistência de um poder soviético e de um campo imperialista que prolongaria por prazo indeterminado, a exploração dos povos coloniais e dependentes. Há portanto, sem dúvida, uma lacuna, perfeitamente compreensível, em sua teoria do imperialismo (que no entanto permanece verdadeira e atual em seus aspectos fundamentais) que, em nossos dias, deu lugar às "teorias da dependência", cuja contribuição é inegável, em que pesem os incontáveis contrabandos ideológicos de que está eivada, para a compreensão da posição de nosso continente no interior do campo imperialista internacional.

Não é aqui o lugar para desenvolvermos a crítica das noções em que se baseia a "teoria da dependência" tal como foi desenvolvida por correntes da esquerda latino-americana mais ou menos próximas senão da teoria, ao menos do vocabulário marxista. Já o fizemos alhures, e de resto alguns de

seus melhores representantes -F.H.Cardoso, por exemplo- têm manifestado reservas crescentes diante da inflação especulativa de doutrinas e doutrinários do "capitalismo dependente". Voltaremos a esta questão quando tratarmos do "sub-imperialismo", que um destes doutrinários (R.Marini) definiu como "a fase imperialista do capitalismo dependente". O que agora nos importa salientar é que o problema (mal) tratado pelas teorias da dependência é um problema real, a saber o da dinâmica do desenvolvimento capitalista nos países explorados pelo imperialismo embora independentes enquanto nações. Historicamente, a primeira grande resposta que lhe deu o movimento comunista na América Latina foi a de que a dominação imperialista representaria fator de atrofia do desenvolvimento capitalista nos países sobre os quais ela se exerce. Donde a tese, teoricamente unilateral e politicamente oportunista de direita de que as burguesias nacionais destes países poderiam se aliar ao proletariado na etapa "nacional e democrática" da revolução. (Desvio que suscitou nos anos 1960, o desvio oposto, menchevique "de esquerda" -incarnado no Brasil sobretudo pela POLOP- que consistiu na negação simplista e pueril da especificidade da dominação imperialista, confundida com a dominação capitalista em geral). É pois da maior importância, na luta pelo programa marxista e pela reunificação dos comunistas, resolver teoricamente a questão dos efeitos específicos da dominação imperialista sobre o desenvolvimento do capitalismo em nosso país.

O imperialismo é o capitalismo monopolista. A dominação imperialista é a dominação do capitalismo monopolista. No entanto, os monopólios norte-americanos não dominam a economia e a sociedade norte-americana da mesma forma como dominam a economia e a sociedade mexicana, brasileira, boliviana, sul-coreana, marroquina, zairense, etc. Intuitivamente, a diferença parece óbvia. As coisas se complicam um pouco quando tentamos sair das intuições (isto é, das certezas puramente subjetivas) e determinar com rigor e clareza em que consiste esta diferença. O operário norte-americano é explorado pelos monopólios de seu país. Mas não no mesmo grau e nas mesmas condições que o operário (e o camponês) brasileiros. O que complica mais ainda a coisa -e complica tanto que nem mesmo os doutos pensadores marxistas da POLOP e áreas próximas deram mostras de ter sequer compreendido a existência do problema- é que mesmo no interior dos Estados Unidos -para ficarmos com o exemplo do país que exerce a supremacia no interior do campo imperialista- a exploração monopolis-

ta não se identifica à exploração capitalista em geral. "A formação de monopólios não teria sentido algum se eles não assegurassem uma taxa de lucro mais elevada", observou com razão o economista soviético Eugene Varga. O lucro monopolista é pois estruturalmente superior ao lucro do capital não-monopolista. Os monopólios se apoderam de uma parte do sobre-trabalho social mais que proporcional ao capital que investiram. O que implica que a burguesia que não exerce monopólio se apodera de uma parte menos que proporcional deste sobre-trabalho, ou, o que vem ao mesmo, seu capital se valoriza a uma taxa média inferior à taxa do lucro monopolista.

A observação corrente confirma, via de regra, que os salários pagos aos operários pelos monopólios não são, dentro do mesmo país ou da mesma região, em média inferiores aos salários pagos pelas empresas não monopolistas. Isto é, não se pode explicar o lucro monopolista enquanto distinto, numa mesma sociedade e num mesmo sistema econômico, do lucro não-monopolista, por uma maior taxa de exploração. Não existe, contrariamente ao que afirma o "economismo esquerdista" uma lei geral da alta tendencial da taxa de exploração, no sentido em que realmente existe, como mostrou Marx no livro III do Capital, uma lei geral da baixa tendencial da taxa de lucro. O lucro monopolista se realiza na esfera da redistribuição, entre os capitalistas da massa total de mais-valia produzida numa sociedade determinada - em última análise no sistema internacional capitalista, mas por enquanto não estamos ainda raciocinando "em última análise" - isto é ao nível da perequação da taxa geral de lucro - que se cinde numa taxa média de lucro monopolista e numa taxa média de lucro não-monopolista - graças justamente à posição de predomínio conquistada pelo grande capital sobre a base da concentração da produção e da fusão do capital industrial e bancário.

Devemos então concluir que a exploração monopolista se confunde com a exploração imperialista? Evidentemente não. Mas como fundamentar teoricamente esta evidência intuitiva? Se o salário pago por um monopólio a seus trabalhadores não é num mesmo país inferior em média ao salário pago por uma empresa não-monopolista, o salário pago pelo mesmo monopólio aos trabalhadores do país capitalista metropolitano é "n" vezes superior ao salário pago, por uma mesma atividade aos trabalhadores do país capitalista dominado. Segundo a Harvard Business Review ("The Business Outlook for South East Asia", pu

blicado em maio-junho 1973) o salário horário de um operário industrial variava de 2,5 dólares nos Estados Unidos a 0,1 dólar na Indonésia passando por 0,9 dólares no Japão, 0,37 no México e 0,6 em Taiwan. Estas cifras (cuja seriedade não se pode por em dúvida) poderiam se completar por inúmeras outras -por exemplo, quanto ganha exatamente pela mesma tarefa um operário brasileiro e um operário alemão da Volkswagen? . Aqui temos realmente uma super-exploração da classe operária, cujas formas mais claras e historicamente mais recentes, são de um lado a imigração de grandes massas proletárias dos países capitalistas atrasados e dependentes, e mesmo de países de orientação e regime socialista mas economicamente atrasados e com uma população excedentária, de outro a exploração diferencial (= super-exploração) do proletariado das nações dominadas pelos monopólios ali instalados. (Uma distinção importante, que infelizmente falta espaço para desenvolver aqui é a que concerne a implantação propriamente dita dos monopólios imperialistas nos países dominados -o caso da indústria automobilística no Brasil, por exemplo- da simples "industrialização por empreitada- se assim se pode traduzir o fenômeno que em inglês se denota pela expressão "sub-contracting" e em francês "sous-traitance"- quando os monopólios se contentam em deslocar para os países dominados uma parte da fabricação de determinado produto, justamente aquela que incorpora muita mão de obra pouco qualificada com o único e exclusivo objetivo de se beneficiar com os salários baixíssimos da mão de obra local).

O que têm em comum as diversas formas de exploração imperialistas acima enumeradas é o fato (1) de se realizarem diretamente ao nível do processo produtivo (contrariamente às formas mais antigas de exploração -pilhagem dos recursos naturais, intercâmbio desigual- que não visam diretamente à super-extorsão do sobre-trabalho do proletariado dominado) e (2) de implicarem, como fator determinante, a exploração diferencial: se os monopólios japoneses e norte-americanos se dirigem ao Sudeste Asiático, os norte-americanos ao México e ao Caribe, os europeus à África, para lá instalarem seções de montagem de aparelhos elétricos, de autopeças, de produtos têxteis, de equipamentos elétricos, de fibras sintéticas, etc. é porque aumentam consideravelmente seus lucros pagando pelo mesmo trabalho um salário muito menor. Podemos pois definir a exploração imperialista naquilo que tem ao mesmo tempo de mais fundamental e de mais atual como a super-exploração do proletariado das nações dependentes, ou ainda a exploração monopolista diferencial dos trabalhadores do "terceiro mundo".

(continua)

DEBATE

ESTA À VENDA EM

PORTUGAL

Livraria Opinião
Rua Nova da Trindade 24 Lisboa
Livraria Leitura
Rua de Ceuta, 88 Porto
Iberlivro

Largo Trindade Coelho, 3-4 Lisboa

SUECIA

Bokcafét
Drottningatan, 85 Stockolm

Bokcafét
S.T. Petrikýrkog ,7 Lund

ITALIA

Libreria Rinascita
Via delle Botteghe Oscure, 1-3 Roma
Libreria Internazionale Paesi Nuovi
pza. Montecitorio, 59-60 Roma

NORUEGA

Tronsmo Bokhandel
Christian Augustsgt, 19 Oslo

FRANÇA

Librairie Portugaise et Brésilienne
33, rue Gay-Lussac Paris 5

Librairie Floreal
121, Avenue du Maine Paris 14

INDICE

EDITORIAL

CRISE DO REGIME MILITAR ? p.3

Marta Alves:

INFLAÇÃO OU RECESSÃO ? p.II

A. Silva:

CAIO PRADO E A LUTA PELA TERRA p.15

Fernando Andrade:

A POSIÇÃO DO BRASIL NO CAMPO
IMPERIALISTA (I) p.24

CORRESPONDÊNCIA

ASSINATURAS,

NÚMEROS ATRASADOS :

DEBATE

c/o J. Bourderie

146, rue Montmartre

75002 Paris FRANCE